

PPA 2016-2019

Objetivos de Programa Temático

Programa 2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária

Objetivo 1034 :

Desenvolver pesquisas integradas à assistência técnica e difusão tecnológica como instrumentos dinamizadores da competitividade e sustentabilidade agropecuária e, inclusão socioprodutiva nas regiões produtoras de cacau do Brasil

Órgão Responsável:

Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC/MAPA

Caracterização:

As regiões produtoras de cacau do Brasil estão inseridas em dois relevantes Biomas para a humanidade, a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica, envolvendo população superior a seis milhões de habitantes, distribuída em 223 municípios e 22 territórios rurais em seis estados: Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará e Rondônia. Esse recorte regional caracteriza o espaço onde se executará o Objetivo proposto pela CEPLAC, que tem a missão de promover o desenvolvimento rural sustentável das regiões produtoras de cacau do Brasil, buscando como resultados para a sociedade a melhoria da qualidade de vida das populações por meio da geração de trabalho, emprego e renda.

Os espaços detentores dos agrossistemas cacaueiros sofreram destruturação socioeconômica em função da queda dos preços do cacau, conjuntura econômica desfavorável, além do aparecimento da doença vassoura-de-bruxa, que provocou redução na produção e na produtividade dos cultivos com graves consequências para a socioeconomia regional. A solução para este problema consiste em recuperar a renda do produtor rural, através do aumento da produtividade agropecuária e dinamização das cadeias produtivas regionais, em especial do cacau e sistemas agroflorestais, contribuindo para a elevação da competitividade e sustentabilidade deste setor, com redução nas desigualdades regionais, abertura de postos de trabalhos e conservação dos recursos naturais. Dada as características biogeográficas desses biomas, quaisquer intervenções de ordem socioeconômica devem considerar pressupostos de conservação de solo, água e biodiversidade, adotando sistemas agro sustentáveis de incorporação das áreas degradadas ao processo produtivo.

Diante desse quadro é preciso promover geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau, por meio da verticalização das atividades agropecuárias e organização socioprodutiva, considerando, sobretudo, as relações de equilíbrio socioeconômico, capacidade de uso da mão-de-obra e sustentabilidade ambiental. Destacam-se nessa perspectiva os avanços já registrados em inovações tecnológicas, implantação de sistemas agroflorestais em arranjo diversos com base cacau: seringueira, açaí, café, coco, e outros, além de ações voltadas para a organização da produção e agregação de valor, por meio da verticalização agroindustrial, melhoria da qualidade dos produtos e prospecção de mercados potenciais.

Os sinais de recuperação da economia cacaueira, saindo do patamar de 170 mil toneladas na safra do ano 2003 para 281 mil toneladas, numa área colhida de 698 mil hectares em 2014 (IBGE, jan/2015), estimulam a redefinição de novos desafios para as regiões produtoras de cacau, conforme alinhamento proposto entre o plano

estratégico da CEPLAC, desafios do Ministério da Agricultura e os eixos definidores do PPA 2016-2019.

Além de continuidade na manutenção das ações em curso, o objetivo contempla a expansão e recuperação das áreas de cultivos e aumento da produção e produtividade até 2022, horizonte da estratégia institucional, com ênfase para as culturas do Cacau, Dendê, Seringueira e Fruticultura, focados em sistemas agroflorestais - SAFs. Estes sistemas atendem ao apelo de uma agricultura de baixa emissão de carbono, já realçado no programa ABC do MAPA. É inegável o forte apelo ambiental da lavoura de cacau e dos cultivos a ela associados, uma vez que os agroecossistemas cacauzeiros reúnem um conjunto de sistemas agroflorestais e arranjos produtivos locais acrescidos de fragmentos florestais conservados direta ou indiretamente pela cacauicultura. Isso significa que é possível conciliar a produção e a conservação dos recursos da natureza e o aumento da produção agropecuária nas regiões cacauzeiras do Brasil.

Análises do setor chocolateiro indicam demanda da ordem de um milhão de toneladas de cacau/ano para o próximo quinquênio, ratificada pelo incremento significativo no consumo de chocolate e de cacau no Brasil, bem como da sua inserção nos BRICS. A partir de 2003, o país saiu de um consumo por pessoa de 800 gramas de chocolate, para o patamar de 2,3 Kg per capita, atualmente. Diante desse contexto o desafio consiste em atingir as metas estratégicas estabelecidas pelo setor de elevação da produtividade média nacional para o patamar de 750 kg/ha/ano e de alcance superior as 500 mil toneladas/ano com os cultivos já instalados, até o ano 2022. Em confluência, a vigência da política de garantia de preços mínimos - PGPM, instituída pela portaria nº 700 de 14.08.2013, frente a uma conjuntura favorável de mercado, estimulou a recuperação dos preços do cacau do patamar de sessenta para cem reais a arroba entre finais de 2013 e início de 2014, permanecendo em patamares superiores nesse início de 2015.

A tática para agregação de valor a cadeia do cacau se expressa na referência de tecnologia de produtos e de processos já desenvolvidas pela CEPLAC, bem como nos avanços na área de equipamentos, com vistas à replicação de unidades com porte adequado para cooperativas de produtores rurais, oferecendo perspectivas de saída da condição de exportador de amêndoa para produtor de chocolate. Além do volume nacional de moagem de cacau que retoma o seu patamar histórico das 250 mil toneladas de cacau processados por ano, registra-se nesse momento, o funcionamento de 25 pequenas agroindústrias e centenas de unidades artesanais, com volume aproximado de 400 toneladas processadas pelos próprios produtores, individualmente e em suas associações e cooperativas.

Outra cadeia produtiva estratégica, a heveicultura no Brasil produz apenas 1% da produção mundial de borracha natural, o que corresponde a 34% da sua demanda, portanto importa 2/3 de suas necessidades. A Bahia e Espírito Santo produziram em 2014 cerca de 33 mil toneladas de borracha seca. Terceiro estado em área plantada, a Bahia cultiva 34 mil hectares, dos quais 5 mil foram recentemente instalados em sistemas agroflorestais, SAFs com os cacauzeiros e outros cultivos. Esta área, entretanto, poderá ser ampliada substancialmente com esse arranjo seringueira e cacauzeiro. Neste caso específico, os reflexos de ações nessa cadeia produtiva realçam-se não apenas no aumento de produção de borracha natural, mas também de cacau e de alimentos em geral, pois os sistemas propostos permitem sem nenhuma restrição a consorciação da seringueira com culturas anuais, semiperenes e perenes durante a fase de implantação e do ciclo produtivo.

Não obstante a definição de foco nas cadeias produtivas do cacau, dendê e seringueira os esforços desse objetivo desenvolvido pela CEPLAC, por meio dos macroprocessos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovações - PD&I e Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, contemplam outros cultivos agrícolas e exploração animal conforme vocação dos agrossistemas nos territórios de atuação. Destacam-se os arranjos produtivos em sistemas agroflorestais - SAFs e assistência técnica e

pesquisas nos cultivos diversificados em fruticultura, palmiteiros (pupunha, açáí, juçara), apicultura, pecuária e cultivos alimentares.

Em sintonia com as demandas territoriais o objetivo realça atenção à questão da sucessão geracional rural, de modo a desestimular o movimento migratório dos jovens para os centros urbanos, a partir de ações que venham favorecer suas permanências na propriedade rural com trabalho, renda e cidadania. No Brasil, em 1950, 63,8% da população brasileira habitava a zona rural, em sentido inverso, o censo de 2010, contabilizou apenas 15,6%. As últimas décadas demarcam mudanças no perfil dos migrantes, acentuando-se a partir dos anos de 1990 a migração de jovens do sexo feminino com 15 a 19 anos e do sexo masculino de 20 a 24 anos, comprometendo com isso a sucessão rural geracional. Até então, o êxodo afetava predominantemente adultos entre 30 a 39 anos.

A estratégia de implementação do objetivo se dará por meio da execução integrada das iniciativas de PD&I e ATER, dentro do programa temático de Pesquisa e Inovações para Agropecuária, no PPA. As atividades serão desenvolvidas de forma interiorizada e descentralizada nos seis estados de atuação, possibilitando interação sistêmica com o cidadão do campo e suas unidades produtivas em cada território rural. Essa peculiaridade possibilita soluções tecnológicas e de organização socioprodutiva mais efetivas, alcançando de forma qualificada um maior número de beneficiários. O público alvo envolvido compõe todos os estratos de produtores rurais, destacando-se os agricultores tradicionais, familiares, assentados, quilombolas, e indígenas, contemplando 83% entre pequenos e mine, de um contingente de 70 mil produtores e 1200 organizações associativas rurais cadastradas, repercutindo na ocupação e renda num universo de influência superior a 150 mil famílias que cultivam sistemas agroflorestais correlatos à cacauicultura, nos territórios de atuação.

A Lei nº 12.897/2013, que autoriza a instituição da Agencia Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER, sancionada pela Presidente da República em 18 de dezembro de 2013, representou grande avanço na gestão e fomento ao sistema nacional de ATER, com conseqüente resgate do estado aos processos de desenvolvimento territorial rural sustentável no campo brasileiro. Nesse contexto consagra-se realce ao Objetivo diante do reconhecimento da CEPLAC e garantia da sua representação no Conselho Assessor da Agência, Decreto 8.252, de 26 de maio de 2014, referenciando o órgão na articulação do esforço de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), dada sua expertise, há 56 anos, no recorte regional em que atua - regiões cacauceiras dos Biomas da Mata Atlântica e Amazônico, sendo atualmente a única instância do governo federal que opera diretamente serviços de ATER no Brasil.

Em seu campo de governança a Ceplac passou a compor de forma sistêmica a busca por inovações tecnológicas, organizacionais e de instrumentos gerencias e a disponibilizá-los aos serviços de assistência técnica e extensão rural que suprem os produtores assistidos e o público usuário do órgão. Dentre as atividades se destacam o apoio à organização da base social para o empreendedorismo, o cooperativismo e o associativismo voltados a estratégias de empoderamento econômico e agregação de valores de sua produção através da indicação geográfica e outros signos distintivos, como a certificação orgânica e de “fair trade”, além de saltos tecnológicos na agroindustrialização.

No âmbito da ciência e tecnologia a CEPLAC dialoga com o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária – SNPA, possibilitando sua participação em redes de pesquisas em áreas de concentração diversas a exemplo da Rede Nordeste de Biotecnologia - RENORBIO.

Laborando ao longo de 05 décadas em pesquisa e desenvolvimento a CEPLAC dispõe hoje de 03 Centros de Pesquisas localizados na Bahia, Pará e Rondônia e uma rede de laboratórios nas áreas de genética, biologia molecular, biotecnologia,

fisiologia vegetal, fitopatologia, entomologia, ecotoxicologia, microbiologia, tecnologia de pós-colheita, análise sensorial, solos e nutrição de plantas, além de 19 Estações Experimentais espalhadas em diferentes ecossistemas.

A estrutura de suporte aos serviços de ATER da CEPLAC está descentralizada numa área de cobertura em 223 municípios contendo 81 unidades próprias, de um total de 112 unidades locais que compõem a rede de assistência técnica e extensão rural nos Biomas da Amazônia e Mata Atlântica.